

## LITERATURA DE VIAGEM – IMAGINAÇÃO E NATUREZA DOS ANTIGOS E MODERNOS.

**Aluna: Nathália Fernandes Soares**  
**Orientadora: Flávia Maria Schlee Eyler**

### **Introdução**

Neste relatório, temos por objetivo demonstrar os caminhos percorridos por nossa pesquisa acerca da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto. A Peregrinação é um relato emocionante das aventuras e desventuras de Fernão Mendes Pinto por terras orientais, onde foi mercador, aventureiro, pirata, missionário e embaixador, desde o embarque para a Índia em 1537 até o regresso a Portugal, 21 anos depois, onde escreveu a sua obra. Neste trajeto, nada passa despercebido pelo olhar atento do narrador. Os lugares, as paisagens, os povos, os costumes, os hábitos culturais e sociais do Oriente são descritos com riqueza de detalhes.

Procuramos estabelecer uma discussão sobre história e literatura, verdade e ficcionalidade, imprescindível para a discussão teórica da obra de Fernão Mendes Pinto e que toda vez que é retomada, nos deixa com a impressão de que apenas estamos reinventando tudo que já foi dito. A sociologia da literatura desde há muitos anos circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão “cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época. A literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão.

Na Peregrinação, obra elaborada sobre um discurso autobiográfico, é a experiência do próprio viajante que dá veracidade à sua narrativa, na qual a visão constitui a fonte de um conhecimento empírico que legitima a autoridade de quem escreve. Ao insistir na brevidade e concisão, Mendes Pinto declara que deixará “de contar muitas coisas”, por acreditar que as maravilhas que o deslumbraram poderiam “fazer dúvida aos que as lerem”, e também para não dar matéria aos “murmuradores e gente praguenta, que querem julgar das coisas conforme ao pouco que eles viram e que seus curtos e rasteiros entendimentos alcançam, de lançarem juízos sobre as verdades que eu vi por meus olhos”. Desse modo, é justamente o olhar do aventureiro que o diferencia da “gente que viu pouco do mundo”, a qual “costuma dar pouco crédito ao muito que outros viram”, e que ainda confere à sua vida um valor determinado pelo saber adquirido através do contato com outros povos, lugares e costumes. Essas lições aprendidas pelo autor da Peregrinação, registradas em sua “rude e tosca escritura”, teriam como destinatários seus próprios filhos, com intenção explícita - uma herança para “como carta de ABC aprenderem a ler por meus trabalhos”. De fato, o aprendizado configura-se como o maior proveito dos infortúnios descritos por Mendes Pinto, a tal ponto que sua jornada, revestida assim de uma natureza pragmática e didática, se construa como uma infundável sucessão de desventuras: Nesta prisão estivemos quase dois meses, nos quais de todo sarámos das feridas e dos açoites, mas passando nela grandes necessidades de fome e de sede, no fim do qual tempo prouve a Nosso Senhor que o chaém houve misericórdia de nós [...]. Com isto fomos logo tirados da prisão, e, presos de três em três, fomos levados a umas ferrarias onde estivemos cinco meses com assaz de trabalho e de necessidades, sem vestido, sem cama, cobertos de piolhos e mortos de fome, no fim dos quais viemos todos a adoecer de modorra, e por ser o mal contagioso, nos lançaram fora para que fôssemos pedir esmola até sermos sãos, e nos mandaram soltar das prisões em que nos tinham.[1] (*Pereg.*, p.368-369).

Adotando um tom propositalmente antiépico, o narrador apresenta-se quase sempre na posição de vítima, referindo-se à sua pessoa como o “pobre de mim”, um coitado a quem tudo de ruim acontece. Ele jamais realiza um gesto nobre ou um ato digno; antes, é marcado pela

fraqueza, medo e covardia. Movido pelo impulso desesperado da fome, com rapidez descobre a necessidade de aprender os processos de sobrevivência na lei implacável dos mares, pois sabe ser a pobreza “o remate de todos os males”.

### **Objetivos**

Essas questões, que colocam em cheque ou não a veracidade do relato de Fernão Mendes Pinto, hoje em dia foram ultrapassadas não por se considerar erradas nem por não terem valor, mas sim pelo desgaste do nosso tempo pela chamada “crise dos paradigmas” que questionam as verdades e os modelos que explicavam o real. O estilhaçamento da realidade, a complexificação do mundo real choca-se com a necessidade de se encontrar novas formas para se atingir esse real e compreendê-lo. Referimo-nos aos estudos sobre o imaginário, que abriram uma janela para a recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados.

### **Metodologia**

O imaginário é o sistema de apreensão de idéias capaz de suportar duas formas de compreensão do mundo : a racional e a conceitual. O imaginário é um conceito amplo e bem discutido que encontra a sua base na idéia de representação e é aqui que podemos perceber as convergências já que o imaginário, ao mesmo tempo que é um sistema de representação sobre o mundo, que claro, se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, ao mesmo tempo tem na realidade o seu referente.

O imaginário constrói uma representação social da realidade e assim passa a substituir a ela tomando o seu lugar. A significação, a concepção do mundo tal qual o percebemos e avaliamos, a sua significação, tudo isso acontece através do pensamento. Podemos dizer que os imaginários são construções sociais, logo, históricas e também datadas que guardam as suas especificidades assumindo configurações e sentidos diferentes que são dão ao longo do tempo e do espaço.

História e Literatura são correspondentes de narrativas explicativas do real, que claro, se renovam no tempo e também no espaço mas que possuem um traço de permanência que são os homens que expressam pela linguagem o mundo do visto e não do visto.

O diálogo que nós nos propomos a discutir entre história e literatura passa pelos caminhos do imaginário. A dualidade entre realidade e ficção ou a suposta oposição entre real ou não real precisa ser relativizada, colocadas em relações de aproximação e distanciamento.

### **Conclusão**

Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Podemos dizer que ambas, como narrativas, servem para explicar a realidade a partir do momento que se referem à vida. A literatura é um discurso privilegiado de acesso ao imaginário de outras épocas. Segundo Aristóteles, ela é o discurso sobre o que poderia ter acontecido, ficando a história como a narrativa dos fatos verídicos [2] Mas o que vemos hoje, nesta nossa contemporaneidade, são historiadores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado — logo, tomando o *não-acontecido* para recuperar o que aconteceu! — como colocam em pauta a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como narrativa portadora de ficção.

Mas, ao nos apropriarmos dessa faceta, da literatura como algo que *poderia ter acontecido* podemos experimentar uma complicação que atormenta a maioria dos historiadores : como um relato do que poderia ter acontecido pode servir de marca de

historicidade para algo que aconteceu? A sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Machado de Assis, por exemplo, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ter existido ou não. Existiu enquanto possibilidade, foi na verdade do simbólico que as relações sociais puderam se estabelecer e não no acontecer da vida dita real. Porém, dizemos que é possuidor de realidade, visto que demonstra ora defeitos, ora virtudes provenientes dos seres humanos. Enfim, houve sim um Machado de Assis e com isso estamos ressaltando a existência imprescindível dos narradores de uma trama, que mediatizam o mundo do texto e o do leitor. E não esqueçamos, que os fatos narrados na trama literária, existiram de fato para a voz narrativa.

No que tange ao processo histórico, nele temos também um narrador, o historiador, que tem tarefas narrativas a cumprir: ao reunir os dados para sua pesquisa historiográfica, ao selecioná-los ele possibilita a construção de uma trama onde é o autor e que tem por objetivo convencer o leitor procurando apresentar-lhe uma visão mais próxima o possível do real já acontecido no passado. O historiador 'descobre' os fatos e não os cria. Ele os tira da escuridão não tendo certeza absoluta se conseguirá chegar lá. O historiador, atinge pois a verossimilhança e não a veracidade, sendo o verossímil algo que aparenta a verdade. É o que poderia ter sido, podendo ser tomado como tal ou não. Logo, podemos dizer que as versões do acontecido são um *poderia ter sido*, uma possibilidade de acontecimento em um tempo em que ele não estava presente. Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento. Segundo Paul Veyne, a história é um romance verdadeiro: verdadeiro porque aconteceu, mas romance porque cabe ao historiador explicar o *como*. A história é sempre construção de uma experiência, que reconstrói uma temporalidade e a transpõe em narrativa.

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Ela é responsável por nos oferecer as imagens sensíveis do mundo. Com a literatura, nos colocamos diante do 'efeito de real' fornecido pelo seu texto. O mundo da ficção literária dá aos historiadores sensibilidades e formas de ver a realidade de um outro tempo, daquilo que *poderia ter acontecido* no passado. A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada.

A literatura é fonte de si mesma. A literatura registra a vida, sendo sobretudo impressão da vida. Ela captura impressão da vida presente no passado. A poesia- ou literatura – constitui uma realidade que é verdadeira para todos os efeitos, mas não no sentido literal. Ou seja, mesmo a literatura que reinstala o tempo de um passado remoto ou aquela que projeta ficionalmente a narrativa para o futuro, são testemunhos do seu tempo.

Dado o exposto, tendo a literatura como testemunho de seu tempo, podemos ter na leitura da Peregrinação uma bela explicitação do mundo vivido pelos homens daquela época. Em muitos capítulos surge uma perspectiva crítica que, de maneira contundente, questiona os pressupostos da expansão portuguesa no Oriente. Mas a ideologia da colonização não é condenada diretamente pelo narrador e sim através de um procedimento recorrente na obra: o discurso do outro é que expressa uma visão de mundo na qual se encontram refletidas (ou mesmo projetadas) as convicções do próprio Mendes Pinto acerca das conquistas ultramarinas, cuja moralidade é posta em dúvida. Nesse contexto, a violência extrema adotada pelos portugueses em momentos históricos decisivos para o domínio de regiões estratégicas na Ásia é atacada por meio de palavras atribuídas às autênticas vítimas daquele barbarismo, recurso esse que, se por um lado confere a certos episódios uma reconhecida inverossimilhança, por outro lado desmascara a hipocrisia que predominava nos contatos

entre os europeus e as culturas de além-mar. Como exemplo, temos a referência ao massacre infligido pelos portugueses na cidade de Malaca, no capítulo XII da *Peregrinação*.

Assim como as relações comerciais, também as alianças políticas estabelecidas com os reinos orientais favoráveis a Portugal aparecem corroídas pela desonestidade e ganância dos ‘civilizados’ frente à confiança neles depositada pelos governantes daqueles povos ‘primitivos’, que ingenuamente acreditavam no cumprimento dos acordos assinados pela metrópole. Por conseguinte, é com perplexidade que soberanos da Ásia manifestam sua revolta contra os portugueses quando estes se recusam a enviar algum auxílio dramaticamente solicitado, conforme sucede com o rei do Aaru: E já que nós até agora nunca quebrámos esta menagem, qual será, senhores, a razão por que não cumprireis com esta obrigação e verdade do vosso rei, sabendo que por sua causa nos toma este inimigo achém a nossa terra, dando como razão que é o meu rei tão português e tão cristão como se tivesse nascido em Portugal? E mandando-vos agora pedir que lhe valhais nesta afronta, como verdadeiros amigos, vos escusais de o fazer com razões de muito pouca força.[3]

Todavia, é na dimensão religiosa que se inscrevem com veemência as respostas discursivas para os paradoxos vivenciados por Mendes Pinto. Sem dúvida, a crença na catequese como justificativa para o expansionismo português é compartilhada pelo autor, que inclusive reitera essa missão de converter quando se depara com práticas e superstições de povos ainda não cristianizados. Porém, embora suas religiões sejam rejeitadas como “bestiais e diabólicas idolatrias”, nas culturas orientais o narrador muitas vezes identifica um aspecto exemplar, capaz não somente de levá-lo a criticar certas instituições católicas como também a perceber o absurdo de que a evangelização pudesse ser promovida pelos mesmos portugueses que pecavam contra Deus e violavam seus mandamentos. Assim, se a invocação de valores cristãos freqüentemente ocorre ligada a atitudes e comportamentos incompatíveis com uma visão cristã do mundo, é possível admitirmos que a *Peregrinação* acabe postulando um primado da moral sobre a religião, numa perspectiva humanista imbuída de notável universalismo.

A crença e a esperança nos altos desígnios da Providência divina demonstram que a ela se deve imputar a destinação última do homem; no entanto, esse saber que atribui a uns a punição pela morte e a outros a graça do salvamento não pressupõe uma atitude resignada em meio à tragédia; significa antes a justificativa para ações de inconcebível crueldade. Para Fernão, muitas vezes, motivo para tanta crueldade é a cobiça, causa de todos os males. Assim, se é a ganância desmesurada que move os portugueses na aventura por mares desconhecidos - para espanto dos povos que encontram -, será igualmente sua ambição o fator decisivo nas incontáveis fatalidades.

Concluindo, podemos dizer que uma das coisas que nos resta quando finalizamos a leitura da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, são os ensinamentos de ordem moral. Enquanto a Razão mostra-se incapaz de explicar os princípios supremos em sua totalidade, restam como testemunho existencial esses fragmentos discursivos que documentam a experiência de cada indivíduo em sua tentativa de alcançar a redenção, porém aceitando com humildade que os acontecimentos têm sempre uma face intangível ao humano entendimento. Com isso, torna-se sem sentido o questionamento por uma verdade indiscutível, em todos os detalhes na longa obra de Fernão Mendes Pinto; o real é o referente para a literatura de Fernão que se renova no tempo e no espaço.

## Referências

[1] - Pinto, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda

[2]- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1993.

[3] – Pinto, Fernão Mendes. *Peregrinação*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda

